



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/AP

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29649456/2023-GTED/SR/PF/AP

Processo nº 08361.002844/2023-01

1. DO OBJETO

1.1. Processo para contratação de empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação de imóveis, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL |
|------|--|-------------------------|------------|------------------------------|
| 1 | Laudo de avaliação de imóvel residencial atendendo aspectos técnicos e administrativos de acordo com as previsões contidas na ABNT NBR 14653 e Instrução Normativa SPU nº 5/2018 na cidade de Macapá | Unidade | 4 | R\$ 4.800,00 |
| 2 | Laudo de avaliação de imóvel residencial atendendo aspectos técnicos e administrativos de acordo com as previsões contidas na ABNT NBR 14653 e Instrução Normativa SPU nº 5/2018 na cidade de Oiapoque | Unidade | 4 | R\$ 6.500,00 |

1.2. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia consistindo na elaboração de laudo de avaliação de imóveis localizados nos seguintes endereços:

- Av. 13 de Setembro, nº 536, Beírol, Macapá/AP
- Av. 13 de Setembro, nº 592, Beírol, Macapá/AP
- Av. Felipe Camarão, nº 203, Buritzal, Macapá/AP
- Av. Felipe Camarão, nº 197, Buritzal, Macapá/AP
- Rua Presidente Kennedy, nº 409, Oiapoque/AP
- Rua Presidente Kennedy, nº 401, Oiapoque/AP
- Rua Presidente Kennedy, nº 389, Oiapoque/AP
- Rua Presidente Kennedy, nº 411, Oiapoque/AP

1.4. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.5. Os laudos deverão ser entregues em formato digital, no prazo de até **30 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.

1.6. Ao iniciar o procedimento de avaliação, o profissional avaliador deverá solicitar a

documentação relativa ao imóvel avaliado, necessária a realização do trabalho.

1.7. Quanto às especificações dos laudos a serem elaborados e normativos a serem observados:

1.7.1. A execução do serviço obedecerá às prescrições contidas nas normas técnicas da ABNT, em especial as NBR 14.653, com suas alterações, e a Instrução Normativa nº 5, de 28 de novembro de 2018, da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, contendo, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação da pessoa física ou jurídica que tenha solicitado o trabalho;
- b) objetivo e finalidade da avaliação;
- c) identificação e caracterização do bem avaliado;
- d) metragens das edificações e do terreno;
- e) descrição detalhada do imóvel;
- f) levantamento fotográficos
- g) pressupostos, ressalvas e fatores limitantes;
- h) indicação do método de avaliação utilizado, com justificativa da escolha;
- i) valor da avaliação contemplando: terreno, benfeitorias;
- j) valor mínimo, médio e máximo de mercado;
- k) resultado da avaliação e sua data de referência;
- l) assinatura dos avaliadores e a respectivos registros no Conselho Regional de Agronomia (Crea) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU);
- m) tratamento de dados para determinação do valor de mercado;
- n) equação de regressão;
- o) resultados estatísticos;
- p) estimativa do valor de mercado dos imóvel avaliado;
- q) tabela de enquadramento do grau de fundamentação;
- r) tabela de enquadramento do grau de precisão.
- s) testes de aderência;
- t) pesquisa de mercado;
- u) A contratada deverá fornecer mídia com os arquivos gerados com o software de inferência estatística SisRen ou SisDea para facilitação da análise.

1.7.2. A Conclusão do Laudo Técnico de Avaliação deverá determinar, em campo próprio, de forma clara, objetiva e inequívoca, o valor real de mercado visando à formação de decisões e ações administrativas relacionadas à gestão dos bens que integram o patrimônio imobiliário da Administração Pública, além das análises de mercado com valores mínimo, médio e máximo.

1.7.3. O laudo de avaliação deverá ser entregue na sua modalidade completa, conforme NBR 14.653.

1.7.4. A documentação dominial/cartorial do imóvel e a planilha de identificação dos dados de mercado deverão, sempre que possível, ser anexadas à avaliação.

1.7.5. O laudo deverá ser entregue acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT,.

1.7.6. Na impossibilidade de serem incluídos os anexos e informações mencionados neste tópico, o avaliador deverá consignar as devidas justificativas no item "Pressupostos, Ressalvas e Fatores Limitantes" da avaliação.

1.7.7. Nenhuma avaliação poderá prescindir de vistoria. Em casos excepcionais, quando for impossível o acesso ao bem avaliado, admite-se a adoção de uma situação paradigma, desde que acordada entre as partes e explicitada no laudo.

1.8. Dos Requisitos Técnicos:

1.8.1. Requisitos obrigatórios para o laudo de avaliação:

1.8.1.1. a estimativa da idade aparente e vida útil de cada benfeitoria do imóvel

1.8.1.2. a separação do valor global do imóvel em parcela do terreno e benfeitoria quando a metodologia utilizada permitir essa separação;

1.8.2. Nos casos em que o laudo não explicita a separação do valor do imóvel em parcela do terreno e benfeitoria, para fins contábeis poderá ser elaborado documento técnico auxiliar para este fim.

1.9. Requisitos desejáveis para o laudo de avaliação:

1.9.1. coeficiente de correlação de no mínimo 0,80 para os laudos de avaliação elaborados com tratamento científico de dados de mercado;

1.9.2. dados de mercado contemporâneos em relação à data de referência do laudo.

1.9.3. Para a elaboração do laudo, deverão ser buscados os maiores graus de fundamentação e de precisão do valor estimado

1.10. Não sendo atingidos os requisitos mínimos previstos nos itens 1.9.1 e 1.9.2 deste, por insuficiência de dados de mercado, o avaliador consignará e justificará o fato em seu laudo de avaliação.

1.11. No laudo deverá constar a tabela de enquadramento da pontuação atingida, conforme a especificação da metodologia utilizada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente demanda visa atender as alterações realizadas na **Portaria nº 14.017-DG/PF**, de 20 de outubro de 2020, publicada no BS Nº 202, de 21 de outubro de 2020, a qual regulamenta a locação dos imóveis residenciais administrados pela Polícia Federal.

2.2. A contratação justifica-se pela necessidade de atualização do patrimonial, para fins de locação das casas administradas pela Polícia Federal.

2.3. Contudo, a SR/PF/AP não possui servidores capacitados para realizar o serviço de avaliação de imóvel. Além disso, destaca-se que a SR/PF/AP não detém banco de dados de imóveis atualizados, nem software específico para efetuar o tratamento estatístico, sendo esses indispensáveis para a execução do referido serviço.

2.4. Diante do exposto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na realização de avaliação de bens imóveis de uso especial da União, pertencentes a Polícia Federal, em atendimento à IN/SPU nº 05, de 28/11/2018, para que seja dado o devido prosseguimento aos autos do processo SEI 08361.000382/2023-89.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado por dispensa de licitação, em função do baixo valor da contratação, nos termos do inciso I do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, junto ao fornecedor que apresentou a proposta de menor valor.

3.2. O serviço a ser contratado enquadra-se no §1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

3.3. A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura em relação a execução deve ser precedida do

recebimento provisório e definitivo do serviço, nos termos abaixo:

4.1.1. O serviço contratado será considerado efetivamente concluído quando do fornecimento definitivo dos laudos de avaliação dos imóveis pretendido, desde que obedecidas as normas que regem o objeto desta contratação

4.2. Os laudos serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os laudos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os laudos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos laudos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

garantir e prover o acesso da contratada ao imóvel objeto de avaliação para a realização das vistorias que se fizerem necessárias em data previamente definida junto ao fiscal designado.

5.1.5. garantir e prover o acesso da contratada ao imóvel objeto de avaliação para a realização das vistorias que se fizerem necessárias em data previamente definida junto ao fiscal designado.

5.1.6. fornecer à contratada a documentação relativa ao bem, que se pretende avaliar, para realização do trabalho.

5.1.7. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com falhas;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. Realizar a avaliação em conformidade com as normas NBR 14.653, por intermédio de seu quadro técnico ou de suas empresas de engenharia/arquitetura credenciadas, neste último caso sob monitoramento de seu quadro técnico, aspecto que deve ser consignado no ofício de encaminhamento do laudo de avaliação;

6.3. Fornecer o laudo de avaliação do imóvel em meio digital, no prazo de 01 (um) mês, contados do recebimento da Nota de Empenho, desde que a CONTRATANTE tenha disponibilizado a documentação necessária relativa aos imóveis a serem avaliados e viabilizado a vistoria dos mesmos pela CONTRATADA;

6.4. Caso seja verificado que o prazo estipulado é insuficiente para a conclusão, a CONTRATADA, poderá formalizar pedido de prorrogação, mediante justificativa, para a apreciação e decisão da CONTRATANTE.

6.5. Providenciar os respectivos registros das ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) junto aos CREA (Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) junto ao CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ficando a CONTRATADA obrigada do seu fornecimento ou comprovação da sua efetivação em caráter ordinário.

6.6. Responder à CONTRATANTE os questionamentos sobre os trabalhos, por ela apresentados.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização será exercida por representantes da CONTRATANTE por ela designados, aos quais caberá dirimir, principalmente junto à CONTRATADA, as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência à CONTRATANTE

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | |
|--|-----------------------|----------------|
| $I = (\text{TX Percentual da taxa anual} = 6\%)$ | $\frac{(6/100)}{365}$ | $= 0,00016438$ |
|--|-----------------------|----------------|

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 12.1.5. cometer fraude fiscal;
- 12.1.6. não manter a proposta.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 12.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Macapá/AP, 20 de junho de 2023.

APF **SÉRGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA**
MAT 23.612

APF **JOÃO VICTOR MELO COUTINHO**
MAT 23.600



Documento assinado eletronicamente por **JOAO VICTOR MELO COUTINHO, Agente de Polícia Federal**, em 22/06/2023, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO CLODOALDO SANTOS FERREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 22/06/2023, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=29649456&crc=808C3BAF.

Código verificador: **29649456** e Código CRC: **808C3BAF**.